

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as informações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Santander Leasing, Instituição integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A. e das lojas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$10.248 milhões em 31 de dezembro de 2012 (31/12/2011 - R\$9.999 milhões). O Lucro líquido apresentado no acumulado do exercício de 2012 foi de R\$1.064 milhões em comparação a R\$970 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2012, os ativos totais atingiram R\$52.466 milhões (31/12/2011 - R\$52.840). Desse montante, R\$28.296 milhões (31/12/2011 - R\$36.729 milhões) são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez, R\$13.576 milhões (31/12/2011 - R\$1.207 milhões) por títulos e valores mobiliários e R\$4.125 milhões (31/12/2011 - R\$6.337 milhões) pela carteira de arrendamento ao valor presente e outros créditos com características de concessão de crédito.

O total dos recursos captados atingiu R\$35.767 milhões (31/12/2011 - R\$32.996 milhões), representado por debêntures.

Conjuntura Econômica

A atividade econômica seguiu em lenta recuperação ao longo do quarto trimestre. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre (último dado disponível), divulgado no mês de dezembro,

foi de 0,9% na comparação com o terceiro trimestre de 2011, acima do crescimento de 0,5% visto no segundo trimestre de 2012. Os investimentos mostraram redução de 5,6%, enquanto o consumo das famílias apresentou expansão de 3,4%, no mesmo período. No lado da oferta, o destaque negativo ficou para a indústria, cuja produção apresentou redução de 1,0%, comparado ao terceiro trimestre de 2011. Esta dinâmica reflete o contraste entre o bom ambiente doméstico, com emprego e renda em alta, e o fraco cenário global.

Os preços ao consumidor medidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançaram 5,84% nos doze meses até dezembro, patamar acima dos 5,28% observados em setembro. Os preços de serviços continuam a exercer pressão inflacionária, reflexo da elevação do custo da mão de obra. Por outro lado, os preços de bens duráveis seguem atenuando este movimento, em razão principalmente do impacto desinflationário dos cortes de impostos implementados em preços de automóveis e outros bens. Neste contexto de atividade mais fraca e inflação dentro dos intervalos das bandas da meta, o Bacen encerrou o ciclo de afrouxamento monetário de -500 pb, mantendo a taxa básica de juros Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) em 7,25% a.a., o menor patamar da série histórica.

Em linha com esta redução, as taxas de juros cobradas pelos bancos também continuaram a cair. Em dezembro a taxa média cobrada no crédito à pessoa física era de 34,6% a.a., o menor patamar desde o início da série. O estoque de crédito avançou 16,2% em doze meses encerrados em dezembro, ultrapassando o patamar de R\$2,3 trilhões (53,5% do PIB), também um recorde histórico. O crédito imobiliário, que cresce a um ritmo de 38,2% em doze meses, continua superando a expansão das demais modalidades.

O ambiente global mais frágil tem pesado sobre as exportações brasileiras, que reduziram 5,3% no acumulado de 2012, em comparação com o ano anterior. As importações também tiveram uma leve contração, de 1,4% no mesmo período, refletindo moeda e demanda mais fraca. Como resultado, o superávit comercial em 2012 alcançou US\$ 19,5 bilhões, abaixo dos US\$ 29,8 bilhões registrados no mesmo período do ano passado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2012	31/12/2011		Nota	31/12/2012	31/12/2011
Ativo Circulante		35.361.836	35.414.559	Passivo Circulante		3.549.374	4.247.391
Disponibilidades	4&16.d	29.890	46.221	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b&16.d	254	3.800
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.d	28.296.392	33.572.853	Instrumentos Financeiros Derivativos		254	3.800
Aplicações no Mercado Aberto	4	-	1.000.136	Outras Obrigações		3.549.120	4.243.591
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		28.296.392	32.572.717	Sociais e Estatutárias		407	346
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	6.410.212	1.206.755	Fiscais e Previdenciárias	12	1.204.803	1.435.909
Carteira Própria		6.383.523	1.161.407	Diversas	13	2.343.910	2.807.336
Vinculados à Prestação de Garantias		26.689	45.348				
Operações de Arrendamento Mercantil	(23.594)	(50.854)					
Arrendamentos a Receber:				Passivo Exigível a Longo Prazo		38.668.786	38.592.825
Setor Público	6.b	1.084	1.477	Recursos de Aceltes e Emissão de Títulos	11&16.d	35.767.196	32.995.982
Setor Privado	6.b	1.913.852	2.624.006	Recursos de Debêntures		35.767.196	32.995.982
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(1.855.208)	(2.536.216)	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b&16.d	365	410
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f			Instrumentos Financeiros Derivativos		365	410
		(83.322)	(140.121)	Outras Obrigações		2.901.225	5.596.433
Outros Créditos		633.494	608.197	Fiscais e Previdenciárias	12	1.104.069	1.627.271
Rendas a Receber		4	-	Diversas	13	1.797.156	3.969.162
Créditos Tributários	7	420.103	584.197				
Diversos	8	213.406	24.018	Patrimônio Líquido	15	10.247.510	9.999.296
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(19)	(18)	Capital Social:			
Outros Valores e Bens		15.442	31.387	De Domiciliados no País		9.720.030	9.720.030
Outros Valores e Bens	6.b	12.716	22.679	Reservas de Lucros		500.830	279.266
(Provisões para Desvalorizações)	6.b	(2.649)	(3.551)	Ajustes de Avaliação Patrimonial		26.650	-
Despesas Antecipadas		5.375	12.259				
Ativo Realizável a Longo Prazo		9.001.817	4.610.328				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.d	-	3.156.537				
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	3.156.537				
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	7.166.197	-				
Carteira Própria		7.145.527	-				
Vinculados à Prestação de Garantias		20.670	-				
Operações de Arrendamento Mercantil	(84.369)	(146.441)					
Arrendamentos a Receber:							
Setor Público	6.b	1.841	2.926				
Setor Privado	6.b	1.771.102	3.012.344				
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(1.741.756)	(2.955.633)				
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f						
		(115.556)	(206.078)				
Outros Créditos		1.913.233	1.584.755				
Créditos Tributários	7	436.295	572.514				
Diversos	8	1.476.951	1.012.309				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(13)	(68)				
Outros Valores e Bens		6.756	15.477				
Despesas Antecipadas		6.756	15.477				
Permanente		8.102.017	12.814.625				
Investimentos		1	1				
Outros Investimentos		817	817				
(Provisões para Perdas)		(816)	(816)				
Imobilizado de Uso	9	64	1				
Imóveis de Uso		1.387	1.387				
Outras Imobilizações de Uso		81	17				
(Depreciações Acumuladas)		(1.404)	(1.403)				
Imobilizado de Arrendamento	6.b&10	8.101.952	12.814.623				
Bens Arrendados		11.511.390	16.049.854				
(Depreciações Acumuladas)		(3.409.438)	(3.235.231)				
Total do Ativo		52.465.670	52.839.512	Total do Passivo		52.465.670	52.839.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros Legais	Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		9.169.828	550.202	169.438	2.768.217	2	-	12.657.687
Incorporação - Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	15.a	546.275	(546.275)	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	15.a	3.927	(3.927)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-	(2)	-	(2)
Dividendos com base em Reservas Estatutárias	15.b	-	-	-	(2.768.217)	-	(2.768.217)	(2.768.217)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	969.828	969.828
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	48.492	-	-	(48.492)	-
Dividendos	15.b	-	-	-	-	-	(250.000)	(250.000)
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	-	-	-	(610.000)	(610.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	-	30.668	-	(30.668)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	-	30.668	-	(30.668)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		9.720.030	-	217.930	61.336	-	-	9.999.296
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-	26.650	-	26.650
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	1.063.864	1.063.864
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	53.194	-	-	(53.194)	-
Dividendos com base em Reservas Estatutárias	15.b	-	-	-	(400.000)	-	-	(400.000)
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	-	-	-	(442.300)	(442.300)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	-	284.185	-	(284.185)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	-	284.185	-	(284.185)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		9.720.030	-	271.124	229.706	26.650	-	10.247.510
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		9.720.030	-	239.384	468.954	7	-	10.428.375
Dividendos com base em Reservas Estatutárias	15.b	-	-	-	-	26.643	-	26.643
Lucro Líquido		-	-	-	(400.000)	-	634.792	634.792
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	31.740	-	-	(31.740)	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	-	-	-	(442.300)	(442.300)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	-	80.376	-	(80.376)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	-	80.376	-	(80.376)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		9.720.030	-	271.124	229.706	26.650	-	10.247.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Alameda Araguaia, 731, Pavimento Superior - Parte A - Alphaville - Barueri - SP, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander e das lojas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CF). A Santander Leasing tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Leasing, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 14 de fevereiro de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander Leasing, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda;

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II e III estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e pela Lei 11.941/2009 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

m) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

n) Evento Subsequente

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Disponibilidades	29.890	46.221	39.355
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	129.034	1.033.154	1.141.057
Aplicações no Mercado Aberto	-	1.000.136	1.000.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	129.034	33.018	141.057
Total	158.924	1.079.375	1.180.412

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

i) Resumo da Carteira por Categorias

Valor do Custo Amortizado	31/12/2012		31/12/2011	
	Ajuste a Mercado Refletido no:		Valor Contábil	
	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	56.594	4	56.598	1.206.755
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	53.200	4	53.204	45.559
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento ⁽¹⁾	3.394	-	3.394	1.161.196
Títulos Disponíveis para Venda	13.471.662	-	48.149	13.519.811
Títulos Públicos	7.129.583	-	48.149	7.177.732
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.678	(8)	20.670	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	1.106.665	-	20.105	1.126.770
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	6.002.240	-	28.052	6.030.292
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento ⁽¹⁾	6.342.079	-	6.342.079	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	13.528.256	4	48.149	13.576.409
Circulante	6.410.212	-	6.410.212	1.206.755
Longo Prazo	7.118.044	4	7.166.197	7.166.197
Derivativos (Passivo)	(411)	(208)	(619)	(4.210)
Circulante	(254)	(254)	(254)	(3.800)
Longo Prazo	(157)	(154)	(365)	(410)

ii) Abertura por Vencimento

Sem Vencimento	31/12/2012			
	Até 3 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos para Negociação	3.394	19.807	33.397	56.598
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	19.807	33.397	53.204
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento ⁽¹⁾	3.394	-	-	3.394
Títulos Disponíveis para Venda	6.342.079	11.535	20.670	7.145.527
Títulos Públicos	-	11.535	20.670	7.177.732
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	20.670	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	11.535	-	1.115.235
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	6.030.292	6.030.292
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento ⁽¹⁾	6.342.079	-	-	6.342.079
Total	6.345.473	31.342	54.067	7.145.527
				13.576.409

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2012, é composto por aplicações em operações compromissadas vinculadas a títulos públicos federais em Notas do Tesouro Nacional - NTN F no valor de R\$2.292.918, NTN B de R\$2.695.342, Letras do Tesouro Nacional - LTN de R\$700.837, Letras Financeiras do Tesouro - LFT de R\$653.188 e valores a pagar no valor de R\$8206. Em 31 de dezembro de 2011, composto principalmente, por aplicações em operações compromissadas em títulos públicos federais por Notas do Tesouro Nacional - NTN - B.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As principais taxas de juros são extraídas dos contratos futuros e "swaps" negociados na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Valor Referencial	31/12/2012			31/12/2011		
	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado	Referencial
"Swap" - Negociação	(411)	(619)	(3.498)	(4.210)	(4.210)	(4.210)
Ativo	3.030	3.030	3.030	38.452	38.452	38.447
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	3.030	3.030	3.030	38.452	38.452	38.447
Passivo	3.441	(3.441)	(3.649)	41.950	(41.950)	(42.657)
Taxa de Juros Pré - Reais	3.441	(3.441)	(3.649)	41.950	(41.950)	(42.657)

As operações de "swap" foram realizadas com partes relacionadas e negociadas através da Cetip, das quais R\$672 possuem vencimento em até 3 meses, R\$936 de 3 a 12 meses e R\$1.422 acima de 12 meses. O montante do diferencial do "swap" corresponde a um passivo no valor de R\$619 (31/12/2011 - R\$4.210).

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia II do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Santander Leasing e seus eventuais "hedges".

A Santander Leasing efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Santander Leasing, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2012, e não apresentava saldo na carteira de negociação.

Fatores de Risco	Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas Juros Pré - Fixadas	(3.694)	(79.808)	(149.190)	-	-	-
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1.249)	(12.184)	(23.998)	-	-	-
Total ⁽¹⁾		(4.943)	(91.992)	(173.188)	-	-	-

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de 10bps nas curvas de juros.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

6. Carteira de Arrendamento e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira ao Valor Presente

	31/12/2012	31/12/2011
Operações de Arrendamento Mercantil ⁽¹⁾	4.121.815	6.331.899
Outros Créditos (Nota 8)	3.641	4.638
Total	4.125.456	6.336.537
Circulante	2.303.997	3.320.846
Longo Prazo	1.821.459	3.015.691

⁽¹⁾ Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxas pré ou pós-fixadas.

b) Carteira de Arrendamento

	31/12/2012	31/12/2011
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	4.817.236	7.789.324
Arrendamentos a Receber	3.687.879	5.640.753
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	1.129.357	2.148.571
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(3.596.964)	(5.491.849)
Valores Residuais a Balancear	(1.129.357)	(2.148.571)
Bens não de Uso Próprio	10.067	19.128
Imobilizado de Arrendamento (Nota 10)	8.101.952	12.814.623
Créditos por Antecipação de Valor Residual (Nota 13)	(4.081.119)	(6.650.756)
Total da Carteira de Arrendamento ao Valor Presente	4.121.815	6.331.899

⁽¹⁾ Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$695.421 (31/12/2011 - R\$1.457.425).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

Vencidas	31/12/2012		31/12/2011	
	A Vencer:		A Vencer:	
Até 3 Meses	709.651	1.009.320	-	-
De 3 a 12 Meses	1.740.210	2.604.983	-	-
De 1 a 5 Anos	2.218.387	3.961.618	-	-
Acima de 5 Anos	8.380	6.642	-	-
Total	4.817.236	7.789.324	-	-
31/12/2012	31/12/2011			
Vencidas	92.466	137.788		
A Vencer:				
Até 3 Meses	728.646	1.013.721		
De 3 a 12 Meses	1.575.351	2.307.125		
De 1 a 5 Anos	1.725.854	2.875.362		
Acima de 5 Anos	3.139	2.541		
Total	4.125.456	6.336.537		

d) Carteira por Setor de Atividades ao Valor Presente

	31/12/2012	31/12/2011
Setor Privado	4.119.381	6.328.326
Indústria	407.893	496.000
Comércio	387.176	509.849
Instituições Financeiras	51	291
Serviços e Outros	1.538.230	1.306.018
Pessoas Físicas	1.786.031	4.016.168
Setor Público	6.075	8.211
Governo Municipal	6.075	8.211
Total	4.125.456	6.336.537

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes

Nível de Risco	% Provisão	31/12/2012			
		Carteira		Provisão	
		Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total
AA	-	952.681	-	952.681	-
A	0,5%	2.094.214	-	2.094.214	10.471
B	1%	337.631	169.213	506.844	5.069
C	3%	107.788	173.232	281.020	8.431
D	10%	3.696	58.771	62.467	6.247
E	30%	11.457	35.207	46.664	13.999
F	50%	4.411	34.285	38.696	19.348
G	70%	994	24.090	25.084	17.559
H	100%	3.290	114.496	117.786	117.786
Total		3.516.162	609.294	4.125.456	198.910

Nível de Risco	% Provisão	31/12/2011			
		Carteira		Provisão	
		Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total
AA	-	1.486.344	-	1.486.344	-
A	0,5%	3.724.868	-	3.724.868	18.624
B	1%	71.700	234.866	306.566	3.066
C	3%	74.096	265.946	340.042	10.201
D	10%	11.557	101.897	113.454	11.345
E	30%	4.324	55.216	59.540	17.862
F	50%	8.104	57.003	65.107	32.554
G	70%	288	34.283	34.571	24.200
H	100%	5.212	200.833	206.045	206.045
Total		5.386.493	950.044	6.336.537	323.897

⁽¹⁾ Inclui parcelas vencidas e vencidas.

⁽²⁾ A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de arrendamento e outros créditos com características de concessão de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Saldo Inicial	346.285	519.154
(Reversões)/Constituições	(115.239)	(119.251)
Baixas	(32.136)	(53.618)
Saldo Final	198.910	346.285
Circulante	83.341	140.139
Longo Prazo	115.569	206.146
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	85.332	84.653

⁽¹⁾ Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil.

7. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012	
			Fiscais	Cíveis
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	210.147	50.067	(127.804)	132.410
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	10.826	15.516	(15.243)	11.099
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	231.583	74.226	(132.779)	173.030
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	50	4	-	54
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negoc				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	31/12/2012	01/01 a 31/12/2012	31/12/2011	01/01 a 31/12/2011
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades				
Banco Santander ⁽⁹⁾	29.890	-	46.221	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	28.296.392	2.903.601	36.729.390	3.743.300
Banco Santander ⁽⁹⁾	28.296.392	2.903.601	36.729.390	3.371.863
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	-	-	-	371.437
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	2.619	-	-	-
Banco Santander ⁽⁹⁾	2.619	-	-	-
Recursos de Debêntures (Nota 11)	(35.767.196)	(2.816.547)	(32.995.982)	(3.432.176)
Banco Santander ⁽⁹⁾	(35.767.196)	(2.816.547)	(32.995.982)	(3.432.176)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.b)	(619)	(531)	(4.210)	(1.287)
Banco Santander ⁽⁹⁾	(619)	(531)	(4.210)	(1.287)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 13) ⁽²⁾	-	(60.845)	(59.340)	(66.160)
Banco Santander ⁽⁹⁾	-	(60.837)	(59.338)	(65.892)
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	-	(8)	(2)	(268)

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2012, estão compostas por aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento em até 3 meses no valor de R\$129.034 e de 3 a 12 meses de R\$28.167.358.

⁽²⁾ As despesas referem-se, principalmente, a despesa administrativas - convênio operacional.

⁽³⁾ Controlador da Santander Leasing (Nota 16.c).

⁽⁴⁾ Refere-se a subsidiária do controlador Banco Santander.

17. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Reversão de Provisões Operacionais Fiscais ⁽¹⁾ (Nota 14.c)	260.215	-
Trabalhistas (Nota 14.c)	-	102
Outras	1.752	20.562
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	82.505	133.830
Atualização de Depósitos Judiciais	26.784	30.836
Recuperação de Encargos e Despesas	18.424	27.110
Atualização de Impostos a Compensar	25.717	35.449
Outras	1.244	1.718
Total	416.641	249.607

⁽¹⁾ Inclui a reversão da provisão para riscos fiscais e previdenciárias do processo judicial do ISS Leasing - Municípios diversos da Sede (Nota 14.e).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Pedro Paulo Longuini

Conselheiros

Carlos Alberto López Galán

Luis Felix Cardamone Neto

DIRETORIA

Diretor Presidente
Luis Felix Cardamone Neto

Diretores

Amancio Acúrcio Gouveia

Luiz Felipe Taunay Ferreira

Oscar Rodríguez Herrero

Contador

Flamínio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 10. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto à não reclassificação mencionada no parágrafo “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os

18. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 14.c)	26.677	114.645
Trabalhistas (Nota 14.c)	9	-
Cíveis (Nota 14.c)	38.789	17.288
Outras	1.782	6.454
Comissões de Agenciamento	18.727	34.626
Descontos Concedidos	120.366	41.747
Gastos com Contratos em Atraso	14.131	33.144
Despesas com Veículos Apreendidos - Leilão	750	2.326
Outras	16.659	14.322
Total	237.890	264.546

19. Resultado não Operacional

Representado, principalmente, por resultados na alienação de imobilizado de arrendamento.

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	1.269.532	1.347.693
Juros sobre o Capital Próprio	(442.300)	(610.000)
Resultado antes dos Impostos	827.232	737.693
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 15% Respectivamente	(330.893)	(295.077)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	2.406	5.662
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	103.739	(103.739)
Demais Ajustes	19.080	15.289
Imposto de Renda e Contribuição Social	(205.668)	(377.865)

21. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander Leasing aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

22. Evento Subsequente

O capital social da Santander Leasing foi reduzido sem alteração do número de ações emitidas, no valor de R\$5.000.000, por ser considerado excessivo à manutenção de suas atividades, conforme artigo 173 da Lei 6.404/1976 e nos termos da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da companhia, realizada em 4 de janeiro de 2013.

A referida redução de capital social apenas se tornará efetiva: (i) após homologação do Bacen; (ii) 60 dias após a publicação da ata da AGE que deliberou sobre a redução de capital social, sem que tenha havido oposição de credores; e (iii) após prévia aprovação da maioria dos debenturistas da Santander Leasing. A redução do capital social foi aprovado pelo Bacen em 5 de fevereiro de 2013.

aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

Deloitte.